

A COMPREENSÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE A CATEGORIA ESPAÇO: UM POSSÍVEL DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE GEOGRAFIA URBANA E ANTROPOLOGIA URBANA

ANTHROPOLOGICAL UNDERSTANDING ABOUT THE SPACE CATEGORY: A POSSIBLE INTERDISCIPLINARY DIALOGUE BETWEEN URBAN GEOGRAPHY AND URBAN ANTHROPOLOGY

Fabiano Rosa de Magalhães

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Campus Araçuaí Fazenda do Meio Pé da Serra, s/n - Rodovia BR 367, km 278
CEP: 39600-000 – Araçuaí – MG, Brasil
E-mail: fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br

Recebido 19 de Dezembro de 2018, aceito 11 de Agosto de 2020
DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562020e40258>

Resumo: Este artigo propõe-se a introduzir uma discussão sobre a categoria espaço a partir da Antropologia, tomando como referência alguns autores do referido campo, cuja elaboração forneça pista para a compreensão dessa categoria. O espaço tem sido uma categoria analítica privilegiada pelos geógrafos e arquitetos, desde a própria constituição das bases destes campos do conhecimento. Tal categoria comporta inúmeras e complexas definições, não sendo privilégio deste ou daquele campo do conhecimento. Buscando um olhar dentre tantos, complementar, mas não exclusivo, buscar-se-á trazer algumas contribuições no campo da Antropologia, ou mais especificamente da Antropologia Urbana. A Antropologia também se debruçou sobre a compreensão da categoria espaço, tomando-se como ponto de partida a dimensão simbólica que conduz as diversas sociedades humanas a marcarem seus territórios frente aos campos de outros povos e outros mundos. Essa compreensão já estava presente nos primeiros trabalhos de cunho antropológico/etnográfico, a começar mesmo por Durkheim, passando por

Malinowski, até chegar aos autores contemporâneos que fornecem pistas para a análise sobre a espacialidade urbana e o complexo mundo das metrópoles. O que se pretende não é a proposição de um contraponto à perspectiva geográfica, mas sim uma sugestão de abordagem interdisciplinar, entendendo que o enfoque antropológico, longe de criar uma interpretação alternativa, possibilita um enfoque paralelo e que permite uma aproximação necessária entre os diferentes campos do conhecimento.

Palavras-chave: espacialidade; espaço social; etnografia espacial; antropologia do espaço.

Abstract: This article proposes to introduce a discussion about space category from Anthropology, taking as reference some authors of the field, whose elaboration provides a clue to the understanding of this category. Space has been an analytical category privileged by geographers and architects, since the foundation of these fields of knowledge. Such a category has numerous and complex definitions, and it is not the privilege of this or that field of knowledge. Seeking a view among many, complementary, but not exclusive, we will seek to bring some contributions in the field of Anthropology, or more specifically Urban Anthropology. Anthropology also focused on understanding the category space, taking as a starting point the symbolic dimension that leads the various human societies to mark their territories in front of the fields of other peoples and other worlds. This understanding was already present in first anthropological / ethnographic works, starting from Durkheim, going through Malinowski, to contemporary authors who provide clues to the analysis of urban spatiality and the complex world of metropolises. What is intended is not the proposition of a counterpoint to the geographical perspective, but rather a suggestion of an interdisciplinary approach, understanding that the anthropological approach, far from creating an alternative interpretation, far from creating an alternative interpretation, allows a parallel approach and allows a necessary approximation between the fields of knowledge.

Keywords: spatiality; social space; spatial ethnography; anthropology of space.

1. INTRODUÇÃO

O espaço é uma categorial conceitual elementar para a compreensão da relação entre o homem e sociedade. Sendo um dos conceitos fundamentais das humanidades, ele vem sendo particularmente interpretado pelos geógrafos que têm esse conceito como a matéria-prima deste campo do conhecimento. Objeto de análise desde os gregos, começando com Anaximandro de Mileto (610-547 a.C.) com suas preocupações com relação à medida da terra, passando por Heródoto (484-425 a.C.), a quem se atribui o epíteto de pai da História e da Geografia. Na Modernidade, sobretudo sob a influência de René Descartes (1596-1650) o sistema de ciências que emergiu no Séc. XIX passa a considerar o espaço sob uma dimensão física. Com efeito, diversas ciências foram “contagiadas” pela busca de leis universais que, supostamente, regeriam também a vida em sociedade.

O Positivismo de August Comte (1798-1857) leva tal preocupação ao ápice. Lembrava ele que as ciências humanas deveriam buscar inspiração no método da Física. Acompanhando tal convicção, o nome que ele cunha para a Ciência Social nascente é Física Social.

Outro campo do conhecimento que exerceu influência sobre as ciências que emergiram no Séc. XIX foi a Biologia, com os impactos do método de comparação efetuados por Charles Darwin. Um aspecto importante que influenciou a dinâmica do sistema de ciências foi a consolidação do Capitalismo, considerando-se os aspectos da Revolução Industrial e a expansão de mercados que se associa a este processo. É nesta mesma esteira que a Geografia se constitui como ciência. Desta forma, a reflexão sobre o espaço trazida pelos fundadores da ciência Geografia, Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, remete a elementos desta combinação. (NORMUL, ROCHA, 2013).

Com efeito, tratava-se de uma das dimensões do espaço. Desde então o conceito foi se tornando cada vez mais complexo. Isto posto, é preciso enfatizar que a geografia vem produzindo diferentes interpretações sobre o conceito de espaço, desde a sua institucionalização no final do Século XIX. Não é pretensão deste artigo produzir uma discussão acerca desta vasta produção epistemológica. Adentrar esta seara seria uma tarefa árdua, sobretudo porque o próprio conceito de “espaço” em geografia é passível de modificações e interpretações frequentes, conforme salienta Harvey (2012).

À propósito, o geógrafo David Harvey (2012) considera que a palavra “espaço” é uma das mais complexas de uma língua. O autor sugere que a discussão sobre o espaço não é privilégio da geografia, embora dentro deste campo do conhecimento há quem postule tal primazia. O conceito também aparece em outros campos do conhecimento, como a filosofia e nas Ciências Sociais, como a Sociologia e Antropologia.

A título de exemplo dentre as possíveis abordagens, gostaríamos de mencionar as contribuições de David Harvey (1993; 2012), Edward Soja (1997) e Milton Santos (2002). São referências no que diz respeito a uma aproximação entre questões propriamente sociológicas e a geografia. Ademais poderíamos citar as contribuições de uma área específica da geografia, a geografia cultural, que, por sua vez seria aproximação com as questões particulares da antropologia. Dentro dessa linha de investigação citamos as contribuições de Claval (1999), Cosgrove (2003), dentre outros.

Não obstante, há um tratamento da questão espacial que gostaríamos de abordar, qual seja, evidenciar a discussão sobre a temática do espaço a partir das elaborações que emergiram propriamente na área das ciências sociais. Em certa medida, como poderão apontar alguns leitores, a preocupação epistemológica sobre o conceito de espaço não é exatamente foco analítico daquela área do

conhecimento. Todavia, conforme tentaremos abordar ao longo do artigo, há apontamentos conceituais que podem permitir um diálogo fecundo entre as diferentes áreas. De fato, a própria divisão disciplinar que presenciamos entre as chamadas Humanidades merece ser questionada e, ao propormos uma seleção de autores propriamente afeitos a um determinado campo, o que fazemos é realçar determinados focos analíticos.

O que gostaríamos é de relativizar o privilégio epistemológico de alguma da área do conhecimento sobre este ou aquele conceito. É o que informa Harvey (2012), ao valer-se de diversos campos disciplinares para apresentar uma discussão apropriada sobre o conceito de espaço.

Então, o que se pretende não é reforçar a demarcação de propriedades conceituais disciplinares, mas sim buscar, nas fimbrias das diversas áreas das ciências sociais, as possibilidades de um diálogo fértil.

Destarte, o que ora gostaríamos de propor diz respeito mais precisamente ao campo da Antropologia e a seu tratamento específico com relação à questão do espaço. Gostaríamos de empreender uma análise que contemple a dimensão do espaço a partir do olhar antropológico. Mais precisamente, tomaremos as elaborações antropológicas sobre o espaço urbano. Outras considerações espaciais poderiam ser situadas, é bem verdade. Citamos anteriormente a contribuição de Durkheim para a compreensão do espaço, poderíamos buscar também a contribuição de Marcel Mauss (2009 [1981]) para o entendimento das formas primitivas de classificação. Isso para ficarmos numa possibilidade de elaboração que sugere a classificação espacial, dentre outras formas de classificação. Malinowski (DURHAM, 1986) também poderia ser mencionado, sobretudo porque não há como deixar de lembrar que o *Kula*, instituição econômica troliandesa por ele analisada, também compreende uma dimensão espacial carregada de simbolismo circunscrito espacialmente. Naquele sistema

de trocas, cada objeto circula através de uma determinada orientação espacial previamente definida por um sofisticado jogo de relações sociais.

Outras contribuições ainda poderiam ser mencionadas. Com efeito, no escopo desse trabalho, ficaremos com as elaborações da etnografia brasileira, mais precisamente, a etnografia urbana. Com isso pensamos ser possível atingir os objetivos que se propõe para o referido texto.

De porte de algumas leituras acerca das contribuições da etnografia nas cidades, desejamos verificar o tratamento da questão espacial, as suas implicações no campo antropológico, situando aí as questões do simbólico, a apropriação dos lugares pelos grupos sociais. Há, portanto, uma infinidade de lugares a serem vistos sob o ponto de vista antropológico. Tomaremos algumas elaborações pertinentes sobre a cidade, e, mais precisamente sobre espaços da cidade, tais como a rua e praças, no viés da construção simbólica desses lugares para determinados grupos sociais.

Nosso interesse é compreender como esse conceito vem sendo tratado em outros campos do conhecimento. Decerto a empreitada é ambiciosa. Sendo assim, como forma de introduzir a discussão, propomos realizar um levantamento acerca de um dos campos do conhecimento das Ciências Humanas, a Antropologia.

2. AS DIMENSÕES DO ESPAÇO E AALGUMAS ABORDAGENS.

Antes de adentrarmos nas particularidades das contribuições antropológicas para pensar o espaço, gostaríamos de apresentar as formulações sobre o conceito de espaço, a partir de Harvey (2012), uma vez que sua contribuição permite abrir a perspectiva de diálogo que aqui pretendemos apresentar.

Assim, conforme o autor, há três dimensões a serem consideradas sobre o espaço: o espaço absoluto, que toma o espaço como imóvel e aberto ao cálculo;

o espaço relativo, em que a análise do espaço depende do ponto de vista do observador e também o precisa ser pensado levando-se em conta a dimensão do tempo. Esta dimensão do espaço comporta múltiplas geometrias e pontos de observação, embora deixe de lado as experiências vividas pelos sujeitos no espaço. Por fim, o espaço relacional, que considera as relações internas, ou seja, os processos que definem o próprio quadro espacial. Por esta razão, dimensões coletivas e políticas ou a dimensão simbólica só podem ser compreendidas no espaço relacional. Entendemos que esse ponto de vista é o que abre a perspectiva do diálogo com diversos campos do entendimento humano. Desta forma, ao tomarmos algumas interpretações acerca do conceito de espaço, será no sentido de estabelecer uma articulação com a argumentação interdisciplinar trazida pelos campos do conhecimento que aqui mencionamos.

À propósito, o próprio Harvey nos dá algumas pistas que tomamos como baliza para a discussão a ser produzida ao longo do artigo.

O principal, no entanto, é ilustrar como o trabalho teórico (e eu gostaria de sugerir que isso deveria ser válido para toda teoria social, literária e cultural) implica inevitável e necessariamente se mover minuciosa e dialeticamente através de todos os pontos da matriz, e além. Quanto mais circularmos, mais nossas análises serão profundas e de longo alcance. Não há caixas descontínuas e fechadas neste sistema. As tensões dialéticas não só não devem ser mantidas intactas. Elas devem ser continuamente expandidas. (HARVEY, 2012, p. 36).

À propósito, o autor considera, inicialmente, que as diversas discussões sobre o espaço feitas pelos filósofos. Considera que há dissenso e confusão entre as diversas abordagens filosóficas, o que confirma a carga polissêmica associada ao conceito de espaço.

Considerando a própria sugestão do autor, fomos buscar as contribuições de outras áreas das humanidades com relação à discussão em torno do conceito de espaço. Em sociologia, só para citarmos mais detalhadamente, pode-se verificar a questão espacial sendo apresentada sob outro prisma. Os temas ligados à temática podem ser situados no conjunto das obras da Escola de Chicago, na vertente americana, e, numa vertente marxista, podemos situar tais questões a partir das obras de Henri Lefebvre (2003) e Manuel Castells (2002) .

A particularidade dessas elaborações é que o espaço é percebido a partir do conjunto de relações sociais, as interações culturais, políticas e econômicas que estão no bojo da organização de uma sociedade refletem no processo de organização espacial, seja ele um espaço urbano ou rural.

Ainda está por ser construído um levantamento bibliográfico que verse sobre o tratamento espacial no âmbito da sociologia, desde as elaborações dos clássicos, até as ramificações que se apresentaram posteriormente.

Para ficarmos nos clássicos, embora sem uma preocupação de aprofundarmos, sobretudo porque a nossa perspectiva de análise será outra, conforme se verá adiante, lembraremos que, nos clássicos da sociologia, podemos pinçar algumas elaborações que se encaminham no sentido de compreender a categoria espacial no escopo propriamente sociológico.

Durkheim, por exemplo, na sua obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1968), fornece pistas a propósito da construção social das categorias espaciais a partir das representações religiosas. Refutando as proposições das doutrinas aprioristas e empiricistas acerca da categoria espacial, os primeiros apresentando tal categoria como anteriores à experiência, isto é, já dadas ao entendimento dos indivíduos; os segundos, apresentando o espaço como categoria a ser construída pelos indivíduos, peça a peça, segundo suas experiências vividas, Durkheim

situa o espaço, bem como as demais formas de representação sobre o mundo e sobre os próprios homens, enquanto uma criação social, mais precisamente de origem religiosa. Com efeito, a distribuição das coisas nos espaços determinados (esquerda/direita, norte/sul) seguia originalmente as posições dos clãs, cujo arranjo se explicaria pela organização das formas primitivas de religião.

A Sociologia de Marx não apresenta diretamente uma reflexão acerca do espaço, mas comporta análises que nos levam a extrair configurações espaciais a partir da divisão do trabalho. A rigor, a divisão do trabalho se expressaria, de início, numa forma de separação entre homens e mulheres, isto é, a divisão sexual do trabalho. Concomitantemente, também seriam reveladas configurações de espaços diferenciados, a saber, o local de trabalho, a forma de trabalho, há aí diferenciações que se consubstanciam espacialmente, ocasionando uma divisão regional do trabalho. Este seria o fulcro de análise por onde poderiam encaminhar-se a leitura do espaço em Marx.

Em Georg Simmel (1967) encontramos uma das primeiras elaborações de uma sociologia do espaço. Vemo-lo tratar das questões da vida urbana em diversas abordagens. Com efeito, ele toma a espacialidade urbana, aí entendidas as relações sociais que se estabelecem no espaço da metrópole, o que acarreta um híbrido, um fato novo que ele denomina de modo de vida urbano, objeto de preocupação das suas elaborações, em diversos momentos.

Outros aspectos poderiam ser aqui lembrados no que diz respeito às construções sociológicas sobre o espaço enquanto categoria eminentemente social. A análise sobre tal categoria, bem como as particularidades da elaboração sociológica sobre o assunto mereceriam, conforme já salientamos, um tratamento minucioso, o que representaria uma rica contribuição para o referido campo de análise.

3. COMO A CIDADE ENTRA NA GAMA DE PREOIPAÇÕES DA ANTROPOLOGIA?

Feitas estas considerações, passemos às contribuições de alguns antropólogos. Roberto DaMatta (1997), Magnani (1996 e 2002) e Frúgoli Jr. (1995 e 2002) serão nossos guias nessa empreitada. Os trabalhos destes autores podem ser tomados como referências diretas ou indiretas de um campo específico da Antropologia: a Antropologia Urbana. Roberto DaMatta, antropólogo alinhado à chamada Antropologia Cultural, de fato é lembrado aqui pelas contribuições indiretas para o debate no campo da Antropologia Urbana, sobretudo pelas contribuições acerca dos espaços da cidade. Quanto aos outros autores mencionados, destacam-se contribuições diretas em que a cidade é tomada como o campo de análise. Lembramos que tal perspectiva de análise é relativamente tardia no âmbito da Antropologia, considerando-se os primeiros trabalhos a partir dos anos de 1970. De fato, a Antropologia, desde a sua constituição no Século XIX, marcara-se pelos estudos sobre sociedades exóticas (rurais, tradicionais, indígenas), sustentando-se no argumento científico de que o distanciamento do pesquisador face ao objeto de estudo favoreceria uma análise isenta. Por esta razão, considerava-se improvável fazer uma antropologia do familiar, ou seja, dos diversos grupos situados no campo de observação do estudioso, ou seja, a cidade (VELHO, 1978). Os autores que mencionamos acima partem da perspectiva de que é possível tomar o familiar como objeto de análise, sobretudo porque o que é familiar, nem sempre é, por isso, conhecido. Justifica-se, por tais argumentos, o âmbito de abordagem da Antropologia Urbana.

De acordo com Magnani (1996) a cidade entra nas ciências sociais pelas mãos de autores clássicos, tais como Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Max Weber, dentre outros. É possível identificar, nesses autores, algumas formulações que podem ser estendidas ao fenômeno urbano.

Todavia, um outro ponto de partida, mais vigoroso, pode ser encontrado nas elaborações da Escola de Chicago, nos Estados Unidos. É a partir dessa contribuição que o espaço urbano ganha relevância teórica, de fato. Desde então, os centros urbanos, os modos de vida nas grandes metrópoles são tomados como objeto de análise própria, configurando o que passou a denominar-se como uma sociologia urbana.

No Brasil, ao contrário do que ocorrera nos Estados Unidos, com a Escola de Chicago, as cidades são descobertas, não pela via das metrópoles. Aqui, o que constituiu primeiramente um objeto de preocupação da Antropologia Urbana foram as pequenas localidades interioranas, conforme salienta Magnani. O objeto da Antropologia seguia, aqui, a tendência da disciplina desde sua formação, ou seja, privilegiava-se os estudos sobre sociedades indígenas, passando pelas comunidades “rústicas” ou caboclas, até as minorias étnicas e as questões de assimilação dessas culturas à cultura nacional. Nessa ordem.

A cidade grande só entra na ordem de preocupações da investigação antropológica a partir da emergência dos novos movimentos sociais a partir da década de 1970. É o que relata Durham (1986). Esse processo é que irá possibilitar a configuração de uma valorização de temas ligados às “minorias” que postulavam maior participação na sociedade e uma luta por direitos aos espaços na cidade. Tal protagonismo é que abriu espaços para estudos antropológicos da vida nas grandes metrópoles.

As particularidades acima mencionadas já nos auxiliam a compreender que os diversos atores sociais se situam em espaços determinados: os bairros, as ruas, as praças, a favela, dentre tantos espaços que compõem a vida dos grandes centros urbanos. Mas o espaço apresenta-se carregado da dimensão simbólica, apresentando significados que precisam ser percebidos para além das configurações propriamente físicas do espaço, ou espaço absoluto (HARVEY, 2012).

O que determinados estudos em Geografia e em Antropologia tem revelado é que o espaço é carregado de dimensão simbólica. É no espaço relacional que essa dimensão simbólica poderá ser buscada. Retomando os conceitos de história e memória a partir da análise de Walter Benjamin, em que a história remete a uma narrativa mais fixa no espaço e memória remete à dimensão temporal relacional, Harvey considera que somente a perspectiva relacional permite vislumbrar o imprevisível e apontar caminhos. Vejamos:

Se o lugar é meramente historicizado no espaço relativo (por um certo tipo de monumentalidade) então isso impõe uma narrativa fixa no espaço. O efeito será o encerramento de futuras possibilidades e interpretações. Tal fechamento tenderá a estreitar a potência geradora que permitiria construir um futuro diferente. [...] A memória coletiva, um difuso, mas poderoso sentido que tanto permeia uma cena urbana, pode desempenhar um papel significativo na animação dos movimentos políticos e sociais. (HARVEY, 2012, p.26).

Harvey não propõe simplesmente optar por uma das dimensões do espaço. A utilização desta ou daquela concepção de espaço depende da natureza dos fenômenos que se pretende compreender. Desta forma, ele considera “mais interessante conservar os três conceitos em tensão dialética um com o outro e pensar constantemente nas interações que eles travam entre si.” (HARVEY, 2012, p. 15)

É esta constatação de Harvey que nos indica uma necessária visada para elaborações de outros campos do conhecimento. Possíveis diálogos fecundos podem ser estabelecidos na fronteira das Ciências Humanas.

No bojo desta compreensão, entende-se que Geografia e Antropologia podem

estabelecer discussões valiosas, rompidos os limites disciplinares que por vezes enclausuram os respectivos campos do conhecimento.

Desta forma, sugerimos que há discussões emanadas da Antropologia Urbana que merecem ser trazidos à tona para efeito da percepção da dimensão do espaço relacional, conforme apresentado por Harvey. Neste sentido, não é sem razão que Magnani irá definir os espaços tendo como base uma série de características culturais que nos particularizam. Assim é que ele pode empregar os conceitos de *pedaços*, *trajetos*, *manchas* e *adros*, dentre outras categorias por ele situadas.

Por conseguinte, o *pedaço* é o lugar do lazer e do encontro de determinados grupos sociais, espaço da festa em que os indivíduos se identificam a partir de certas práticas comuns.

Vejamos uma definição para esse espaço.

Quando o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de freqüentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de “pedaço”: “ termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1984, p. 138 apud MAGNANI, 2000, p.32).

Recorremos a outras elaborações sobre o espaço urbano na Antropologia brasileira. Roberto DaMatta (1997) destaca a importância da compreensão do espaço para o antropólogo social. Segundo ele, a espacialidade aparece ao antropólogo sobretudo quando ele passa a tomar contato com sistemas sociais

diferentes. Padrões de ordenação espacial também se diferenciam de uma cultura para outra.

Para citar um exemplo de como os padrões de organização espacial nas cidades, DaMatta lembra uma situação em que ele ficou perdido nas ruas do Cairo pelo fato de que os padrões de ordenação espacial daquelas ruas diferenciavam daqueles existentes nos países ocidentais.

Assim, os espaços urbanos brasileiros, mais precisamente as ruas, objeto de investigação daquele antropólogo, apresentam um padrão de hierarquização que acompanha o próprio padrão de organização da vida social brasileira. Para DaMatta, as ruas no Brasil ordenam segundo parâmetros simbólicos, e não segundo os padrões de ordenação cartesiana das ruas, predominante nos Estados modernos. Então, no nosso caso, é comum que alguns espaços sejam considerados transitórios, marcados pela rejeição social atribuída a certos espaços, tais como as “zonas de baixo meretrício”, os “brejos”, “mangues” e “alagados”. A ambiguidade do espaço é dada pela combinação da terra e da água. Assim sendo, lugares que apresentavam uma proximidade com a água, já foram também associados às impurezas. Lugares profanos, portanto, os quais comportavam códigos particulares de conduta, locais de gente comum, da “ralé” e gente que vive à margem da legalidade. Tal associação não pode ser tomada como absoluta, isto é, a relação entre água e impureza deve ser tomada como processo histórico que se evidenciou no contexto do discurso positivista-sanitarista, marcadamente entre o final do Século XIX e início do Século XX. Revela-se o contexto da gestão “científica” sobre o espaço urbano, conforme destaca Rago (1985). Atribuía-se a origem das doenças aos germes e miasmas associados aos terrenos pantanosos e lugares úmidos e escuros. Ideologia que se coaduna com a perspectiva da reprodução ampliada do capital. Munidos com essa argumentação “científica”, diversos gestores municipais promoveram reformas urbanas, como é o caso citado por Abreu (2006, p. 76) na administração Carlos Sampaio (1920):

Logo após tomar posse e realizando um desejo antigo, mandou retirar do centro da cidade, “em nome da aeração e da higiene”, o local que dera origem à urbe no século XVI - o Morro do Castelo. Embora fosse um sítio histórico, o morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções aí existentes. Situava-se, entre tanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital.

Quanto aos argumentos de DaMatta, evidencia-se ainda uma discussão acerca dos espaços públicos e privados. O espaço da rua é confrontado com o espaço da casa. Em se tratando de uma sociedade tradicionalmente conservadora, há uma diferenciação de códigos que se aplicam ao indivíduo, dependendo do espaço em que se encontrar. Se estiver na casa, espaço avesso às mudanças, espaço em que prevalece um padrão mais conservador com relação aos papéis sociais dos seus indivíduos, aí o indivíduo deve adotar uma postura mais comedida, reservar-se de fazer certos comentários que seriam tomados como moralmente atacáveis. Caso esse mesmo indivíduo se encontre na rua, lugar aberto, marcado pela impessoalidade, aí ele poderá revelar opiniões até então não reveladas no espaço da casa.

4. O JEITO DE OLHAR. DIFERENTES LENTES.

Os campos do conhecimento geralmente trazem focos distintos sobre a cidade. Existem particularidades distintas que prendem o olhar do pesquisador, dependendo de qual seja a sua formação. Não obstante, existem formas de olhar diferenciadas, focos que captam o objeto a partir de ângulos e distâncias

diferenciadas. Alguns olham de cima, outros de lado, de longe. Alguns observam a cidade como um todo, tendo em perspectiva o conjunto de relações dessa cidade com outras cidades e até suas redes de relações com o mundo. O economista, por exemplo, fala da cidade a partir de suas particularidades econômicas, atentando-se para as relações de consumo, as questões sobre o emprego, dentre outras tantas. O sociólogo procura desvendar, dentre outras coisas, as questões atinentes às especificidades das interações sociais no espaço urbano. Fala da cidade também. Assim procede o geógrafo e o arquiteto. Todos falam da cidade, visualizando-a mais no conjunto, tendo sempre uma visão mais distanciada para poder captar melhor o objeto, com efeito, é tênue o limite entre uma ciência e outra e sua separação têm, por vezes, mais um efeito puramente didático. Não obstante, há diferentes formas de olhar. Lentes diferentes podem ser empregadas para analisar um mesmo objeto.

Buscando captar essa perspectiva, Magnani dispõe-se a falar da necessidade de uma nova forma de olhar a cidade para entender processos ainda não captados pelas lentes das outras ciências. Ele apresenta a defesa de uma antropologia urbana, com sua peculiar maneira de olhar. Recurso desse olhar, nas cidades, é a etnografia, um tipo de lente necessária – mas não única - para olhar o espaço urbano. Portanto, uma condução investigativa que implica em olhar de perto, ou de dentro, como queiram, levando-se a uma necessária condição de estranhamento perante o objeto.

É que, à primeira vista, olhando de longe, a cidade confunde o observador “estrangeiro”. Magnani (1996) cita a música de Caetano Veloso – *Sampa* – chamando a atenção para o fato de que o estrangeiro tem dificuldades de perceber as nuances do espaço urbano. Olhando de longe a cidade é puro caos, feia e suja. Suas ruas e praças são vistas simplesmente enquanto espaço de fluxo constante.

A etnografia urbana ajuda a ver melhor a miríade de processos que ocorrem

nos espaços urbanos. Essa técnica de análise se distingue da etnografia tradicional. Esta última tomava o objeto, seja ele uma cultura estranha, uma tribo indígena, enquanto exóticos. O objeto, de antemão, apresentava-se “estranho” aos olhos do investigador.

Com efeito, o mesmo não ocorre tratando-se de um objeto de estudo que nos é peculiar, no seio da metrópole. Em face da especificidade da cidade, lugar particularmente familiar ao pesquisador – um olhar sobre nós mesmos, conforme Eunice Durham (1986) – tal familiaridade impõe-se que o antropólogo olhando para o objeto “de dentro”, seja capaz de estranhamento, um dos requisitos básicos para que possa perceber a multiplicidade de atores sociais que transitam e usam determinados equipamentos urbanos.

A investigação etnográfica busca substituir uma visão insuficiente da cidade, conforme levantamos anteriormente, por uma visão particular. Substitui o falar sobre/da cidade pelo fazer antropologia na cidade.

E o que esse olhar de perto, esse fazer antropologia na cidade revela? Ou, em outros termos, que tipo de espacialidades são reveladas pelas lentes do antropólogo, cujas especificidades não são captadas pelas lentes de outras áreas do conhecimento acerca dos espaços urbanos?

Uma das particularidades é que a etnografia pode revelar o espaço não como uma totalidade, passível de ser cartografada ou definida em termos econômicos ou arquitetônicos. De fato, é este o apontamento de Harvey (2012) quando considera essencial uma abordagem relacional do espaço. Decerto cabe aqui considerar as diferenças que os respectivos campos guardam entre si. Não haveria sentido em trazer uma discussão sobre o diálogo interdisciplinar, se não houvesse fronteiras entre um campo do conhecimento e outro. O fato é que a Geografia acumula, desde a sua origem, uma vasta discussão sobre o espaço,

sob os mais variados pontos de vista. Como dizíamos alhures, o espaço é a matéria-prima com que o geógrafo trabalha. Desta forma, é possível afirmar que todas as discussões que a geografia possa elaborar, sejam perpassadas pelo espaço. O mesmo já não se dá com outros campos do conhecimento, como o caso da Antropologia. Para este campo do conhecimento, o espaço é categoria por vezes tangenciada. Em algumas áreas da Antropologia, como o caso da Antropologia Urbana, tal conceito será importante. No entanto, em outras áreas ele sequer vai ser considerado, como por exemplo, na perspectiva de uma Antropologia Estruturalista. O que o geógrafo tem a dizer para os outros campos do conhecimento é que o espaço é essencial, inclusive para se pensar a própria etnografia. De fato, nenhuma relação social se estabelece fora do espaço, consideradas todas as dimensões que ele possa apresentar.

À propósito da Antropologia Urbana, o que a etnografia consegue captar é que, dentro de um espaço urbano, até então pretensamente familiar aos investigadores urbanos, de uma forma geral, há descontinuidades, áreas e domínios autônomos que permitem construções de identidade ricas e complexas. É o que revelam autores como Gilberto Velho (1978), DaMatta (1997) e Alvito (2003). A partir dessas contribuições pode-se falar de aspectos simbólicos que cercam determinados espaços.

Decerto a análise dos aspectos simbólicos não é exclusividade da Antropologia, o que importa aqui é tomar as contribuições que ela dá e como o faz. Compreende-se que a especificidade da Antropologia no tratamento dos aspectos etnográficos está na profundidade do mergulho com relação à compreensão do seu objeto de estudo, os diferentes grupos étnico-sociais. Assim sendo, uma condição fundamental para o estudo antropológico é a atividade denominada de trabalho de campo. Trata-se de uma busca em tentar ver uma cultura a partir de “dentro”, conforme Magnani (2002) e Geertz (1989) apontam.

Os autores sugerem, em síntese, que não é possível conhecer a teia de significados de uma cultura sem um trabalho minucioso de interpretação que só poderá ser levado a sério a partir de uma imersão no cotidiano do grupo estudado. Desta forma, todo antropólogo é instigado a “viver com os nativos”, condição *sine qua nom* para todo trabalho antropológico.

Uma informação valiosa que precisamos reter a partir das análises antropológicas produzidas após o questionamento do viés positivista/evolucionista que marcou aquele campo nos seus primórdios, é que os diferentes grupos sociais carregam consigo as suas referências culturais e impregnam os seus espaços com tais características. Tal situação nos permite falar de sobreposição de espaços simbólicos dentro de um mesmo espaço físico, numa mesma área geográfica.

Um exemplo esclarecedor seria a utilização de uma praça, pela manhã, por idosos com finalidades de jogar cartas ou damas e à noite por garotas(os) de programa. Tais formas de utilização podem ser identificadas a partir de uma simples constatação visual distanciada, ou seja, um olhar “de fora”, para utilizarmos uma expressão familiar à Antropologia. Com efeito, o que essa constatação me diz a respeito do que é ser um garoto de programa? A constatação poderia ser empobrecedora e, por vezes, etnocêntrica, no sentido de reproduzir uma visão sobre um grupo, mas não do grupo, ou seja, a partir das teias de significados que são construídas por esse grupo.

Assim, para confirmar essa sobreposição simbólica no espaço, lembramos o trabalho do geógrafo Marcos Góis (2015) que apresenta os usos dos espaços urbanos na cidade do Rio de Janeiro à noite, evidenciando práticas que não estão circunscritas ao consumo, mas reveladoras de vida social intensa, nem sempre em contraposição com usos sociais diurnos. Também importante, nessa direção, é o trabalho de Leite (2002) sobre os usos e contra-usos do espaço urbano de

Recife. Segundo o autor, a revitalização do Bairro do Recife Antigo tinha como intuito promover uma gentrificação ou aburguesamento do bairro, atendendo aos ditames econômicos e políticos do capital (turismo, sobretudo), numa intenção de pulverizar as manifestações sociais daquele espaço. Estes seriam os *usos* previstos pelos gestores da cidade. Não obstante, contra esses sentidos oficiais pretendidos para o bairro, formas não esperadas de sociabilidade vão se organizando, subvertendo os usos esperados de um espaço regulado.

Os estudos acima mencionados são exemplos pluridisciplinares que dão conta da dimensão simbólica, utilizando-se, muitas vezes, do auxílio da etnografia para dar conta das relações ocultas àquelas áreas do conhecimento que se pautam por um olhar distanciado face ao objeto em questão.

5. OS ESPAÇOS DA CIDADE

Magnani situa diversas culturas que se apresentam na cidade, nos seus espaços tais como a rua, o bairro e as praças. Ele percebe a cidade a partir de distintos planos de apropriação do espaço pelos grupos sociais. Fala apropriadamente de *Pedaços, trajetos e manchas*.

Os pedaços podem ser identificados nas regiões mais afastadas dos centros, nos bairros, bem como no próprio centro da cidade. No centro, numa praça, por exemplo, pode-se constatar a utilização desse espaço por diversos grupos. A praça torna-se ponto de referência para que esses grupos possam “exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças” (MAGNANI, 1996, p.40).

Por vezes, quando o espaço funciona como ponto de referência para diversos grupos, então é apropriado o emprego do termo *mancha*, definido pelo autor como “áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam uma atividade ou prática predominante” (idem, p.40).

Maria Lúcia Montes sugere o termo “espaço como ilhas raras”, que podem ser encontradas no percurso da cidade. Trata-se de uma definição da cidade enquanto fragmentada em diversidade de espaços. Tais fragmentos ou ilhas de espaços subvertem a simples lógica aritmética da rua, com suas funções institucionalizadas pelo poder público. Assim, a experiência de vida dos habitantes da cidade confere uma dinâmica cultural que particulariza os lugares da cidade, dando utilidades ou sentidos não previstos, originalmente, para os mesmos.

A definição de *ilhas raras* merece ser apreciada como forma de entendermos mais precisamente os significados da espacialidade em termos antropológicos. Vejamos.

É a prática social de seus habitantes que confere ao espaço urbano sentido e significação. Na urdidura física do espaço da cidade – aparentemente um dado, na fixidez de seus acidentes, matéria de geografia – na verdade se entrelaça outra trama, tecida com os mais variados laços sociais – relações de parentesco e vizinhança, práticas comuns de trabalho, vínculos religiosos, lealdades políticas, hábitos compartilhados de lazer – para compor as extensas redes de sociabilidade que constituem, propriamente, a vida social. (MONTES, 1996, p.104).

Desta forma, o que verifica é que a possibilidade de uma cartografia diferente, marcada pela dimensão simbólica. As ilhas raras constituem, portanto, espacialidades que podem se sobrepor a partir dos laços que vão sendo tecidos no próprio espaço.

6. PERCEBENDO AS INTERAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DA CENTRALIDADE NOS ESPAÇOS URBANOS

Um dos conceitos que remete à categoria de espaço e que pode ser analisado à luz de alguns autores da Antropologia Urbana é a constituição da centralidade nas grandes cidades. Sob tal perspectiva a constituição da centralidade numa grande cidade apresenta alguns significados do ponto de vista das relações socioespaciais.

A configuração de centralidades implica em possibilidade de acordos, discussões e conflitos que atravessam o campo de análise dos campos acima descritos. É o que apresenta Frúgoli Júnior (1995) a partir de suas investigações sobre a cidade de São Paulo.

Nas primeiras décadas do século XX São Paulo apresentava um centro que era ocupado pelas elites. Com a entrada de mão-de-obra estrangeira na cidade e a libertação dos escravos, o centro passou a ser ocupado pelo povo. Tornou-se um espaço heterogêneo, popularizado. Criam-se espaços malditos: *rendez-vous*, boates, bares e ruas.

Segundo Frúgoli, uma das características da vida cotidiana nos grandes centros é,

A coexistência, no mesmo espaço, de uma multiplicidade de códigos e significados, acarretando muitas vezes relações conflitivas entre os grupos sociais, uma vez que se cruzam visões e práticas diferenciadas. (FRÚGOLI JR., 1995, p.34).

Esses grupos disputam entre si e com o poder público, mesmo que não diretamente, de uma maneira visível, mas silenciosamente, as possíveis configurações do espaço, seus possíveis usos.

Com efeito, o espaço de algumas ruas e praças da metrópole paulistana estão em constantes transformações, tendo em vistas as práticas sociais que se justapõem em um mesmo espaço físico, gerando, por sua vez uma infinidade de espaços simbólicos. Estas práticas sociais buscam apropriarem-se do espaço, algumas efetivamente ocupando o espaço, outros circulando por ele.

A partir da compreensão dessas práticas, o autor pode cunhar o termo “cultura de rua” ou “rua como modo de vida” no sentido de entender a combinação entre grupos sociais e o espaço, ou seja, grupos sociais que fazem da rua um espaço por onde podem expressar seus códigos e regras de conduta peculiares.

Segundo aquele autor, uma série de etnografias têm revelado uma “cultura de rua”, particularmente conflitante com os princípios institucionalizados para determinados espaços, operando por uma via informal, apropriando-se privadamente, em alguma medida, do espaço público.

Tais grupos operam num plano de “invisibilidade social”, ou seja, diferentemente de grupos com orientação política clara (organizações sociais, partidos políticos, movimentos sociais), que utilizam-se dos espaços públicos para dar visibilidade às suas ações, essas “culturas de rua” procuram ocupar o espaço, mas ficando “invisíveis”, quase anônimas. Essa seria a forma que encontram para continuarem a sua existência, ou seja, utilizam o espaço como forma de expressarem seus códigos particulares, os quais são conhecidos exclusivamente pelos integrantes, combinando formas de atividade transgressoras mais ou menos toleradas com formas de transgressões ilegais.

Importantes trabalhos orientados nessa perspectiva vêm sendo produzidos no âmbito da Ciência Política, da Sociologia e Geografia Política. Conforme Castro (2018) na confluência entre estes campos surge a noção de espaço político, que ganha diversas acepções, desde a utilização pioneira de Antony Dows.

Embora o conceito tenha sido apresentado por outras áreas do conhecimento, é na Geografia que tal conceito merece ser estudado. Assim, conforme a autora:

Este tem sido desde então um desafio para pensar o espaço e a política não como duas acepções distintas ou interligadas numa compreensão generalizante, mas como passíveis de um sentido próprio quando a política torna-se um atributo de um determinado espaço e este uma parte constitutiva daquela. Ou seja, quando este espaço qualifica a política que o diferencia de outros espaços e lhe atribui uma dinâmica própria da qual resulta um conteúdo diferenciado desse espaço. (CASTRO, 2018, p. 120)

A compreensão do conceito de espaço político inclusive define um campo próprio ou uma categoria própria de análise da Geografia, denominado de Geografia Política.

No âmbito das questões que trazem a perspectiva do espaço e da política, menciona-se os trabalhos de Magalhães (2013a e 2013b) sobre a Praça Sete de Belo Horizonte enquanto espaço público de manifestações políticas. Mencionamos também o artigo de Gomes e Ribeiro (2018) que discute o espaço público como lugar da política focalizando as novas modalidades de manifestações no espaço público, denominadas de Ocupações ou *occupy*.

Para Frúgoli (2000) os conflitos urbanos apresentam-se no momento da constituição da centralidade em São Paulo, tendo de um lado o poder público, buscando instituir os usos da rua, e, de outro, as ocupações sociais nos espaços urbanos. Desta forma, o autor percebe que a própria constituição da centralidade remete também aos conflitos sobre/no espaço.

O centro de São Paulo, que inicialmente era ocupado pela elite paulistana,

conforme já enfatizamos em outro momento, com a chegada do imigrante estrangeiros e os nordestinos, passa a ser ocupado por populares. Trata-se de um primeiro conflito com relação à ocupação do espaço no centro. Com tal popularização do centro, as primeiras medidas de intervenção no espaço das ruas e praças passa a ser efetivado pelo poder público, sobretudo num sentido de levar a cabo medidas de contenção das classes populares no centro, medidas que foram também associadas à tentativas de “limpeza” do centro, já que o centro passara a ser visto como lugar de atividades marginais das mais variadas formas.

Sob o ponto de vista antropológico, Frúgoli ressalta uma particularidade já enfatizada no âmbito desse trabalho. A espacialidade do centro de São Paulo comporta uma infinidade de grupos sociais, desde vendedores ambulantes, engraxates, espaço de encontro de nordestinos, homossexuais, atividades religiosas, até atividades ilegais, como o tráfico de drogas. Esses grupos sociais formam variadas redes de relações entre si, envolvendo processos por vezes hierárquicos e relações clientelísticas e personalísticas.

Logo, paralelamente à constituição de uma centralidade a partir do poder público, pode-se verificar, a partir das diversas etnografias urbanas, a configuração de uma centralidade/cartografia subscrita pelos grupos sociais que se encontram nas áreas do centro.

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou compreender a categoria do espaço a partir da percepção antropológica, numa perspectiva de confluência com a geografia e outras áreas das humanidades. Dentro dessa perspectiva estivemos atentos ao espaço urbano, buscando entender o que a etnografia pode revelar no âmbito desses espaços.

Uma análise mais abrangente acerca da categoria espaço em Antropologia Urbana mereceria ser realizada num trabalho de maior fôlego. O que fizemos aqui, e esperamos termos realizado tal tarefa com suficiente clareza, foi levantar o tema, colocá-lo em relevo. A rigor sustentarmos a existência de um tratamento antropológico para a questão do espaço, tratamento esse que não se confunde com outras abordagens para o mesmo tema, mas que podem se interagir e manterem um diálogo bastante profícuo.

Ficamos, por fim, com as análises do espaço urbano, tendo como foco particular a configuração espacial da metrópole. As ruas e praças são exemplos de abordagens que a etnografia pôde lançar luz, trazer à tona dimensões ainda não vislumbradas nas análises espaciais de outras áreas do conhecimento.

Sendo um trabalho de caráter interdisciplinar, ressaltando ainda mais uma vez a perspectiva introdutória que o mesmo almejou realizar, esperamos que a contribuição produzida exerça a função, no mínimo enquanto ponto de partida, de modo que uma posterior elaboração, mais aprofundada, seja empreendida na direção inicialmente apontada no escopo desse texto.

. O fato é que tais perspectivas não são exclusivas desde ou daquele campo. Ao longo do texto deixamos pistas de que a abordagem relacional do espaço, conforme defesa de Harvey (2012) já vem sendo colocada em prática a partir de trabalhos de geógrafos, sociólogos e antropólogos. Não se trata de apontar qual a melhor lente para analisar o espaço. Buscou-se, isto sim, afirmar que o recurso das múltiplas lentes é bastante apropriado nas ciências humanas. Destarte, importantes interpretações talvez não estejam no centro epistemológico de cada disciplina, mas na tangência. Diálogos fecundos podem ser estabelecidos na fronteira dos diversos campos de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. (2006). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora: Instituto Pereira Passos, 2006.
- ALVITO, M. (2003). Um Bicho de Sete Cabeças. In: ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- CASTELLS, M. (2002). *A Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, I. E. (2018). Espaço Político. Niterói-RJ. *Revista GEOgraphia*. v.20, n.42, 2018. p. 120-126. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13839/9042>. Acesso em 27 jul. 2020.
- CLAVAL, P. (1999). *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora; UFSC.
- COSGROVE, D.E.; JACKSON, P. *Novos Rumos da Geografia Cultural*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (2003). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DAMATTA, R. (1997). *A Casa e a Rua. Espaço, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- DURHAM, E. (1986). *A Pesquisa Antropológica com populações Urbanas: problemas e perspectivas*. In: CARDOSO, R. *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DURHAM, E. (1986). *Malinowski*. São Paulo: Ática. [Coleção Grandes Cientistas Sociais]
- DURKHEIM, E. (1968). *Las Formas Elementales de la vida religiosa*. Buenos Aires: Schapire.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. (2000). *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociação na Metrópole*. São Paulo: Cortez, EDUSP.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. (1995). *São Paulo. Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero.

- GEERTZ, C. (1989). Estar lá, escrever aqui. São Paulo. Revista Diálogo. v. 22, n.3 p.58-63.
- GOMES, P.C.C; RIBEIRO, L. P. (2018). Espaços públicos como lugares da política. Geografares. n.26, Jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/20996/14073>. Acessado em 06 jul. 2020.
- GÓIS, M. P. F. (2015). Paisagens noturnas cariocas. formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- HARVEY, D. (1993). A Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2012). O espaço como palavra-chave. Niterói-RJ. Revista GEOgraphia. v.14, n.28, 2012. p. 8-39. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/845>. Acesso em 03 jul. 2020.
- LEFEBVRE, H. (2003). Espaço e Política. Belo horizonte: Ed. UFMG.
- LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. v.17, n. 49. jun. 2002. p.115-172.
- MAGALHÃES, F. R. (2013a). As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. Pelotas-RS. Pensamento Plural. n. 12, p. 7-35, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3179>. Acessado em: 06 jul. 2020.
- MAGALHÃES, F. R. (2013b) Acidade e as manifestações coletivas: a constituição da Praça Sete como espaço da expressão política. Natal-RN. Revista Espacialidades [online]. v. 6, n. 5. [online], 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/download/17602/11474/> Acessado em 06 jul. 2020.
- MAGNANI, J. G. C. (1984). Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense.

- MAGNANI, J. G. C. (2000). Quando o Campo é a Cidade: fazendo Antropologia na Metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.) Na Metrópole textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Ed. USP; FAPESP, p.12-53
- MAGNANI, J. G. C. (2002). De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n.49, v.17, junho/2002.
- MAUSS, M. (2009) [1981]. Ensaio de Sociologia. São Paulo: Perspectiva.
- MONTES, M. L. A. (1996). Posfácio. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.) Na Metrópole textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Ed. USP; FAPESP, p. 299-317.
- NORMUL, M. N. ROCHA, M. M. (2013). Breves considerações acerca do pensamento geográfico: elementos para análise. Geografia Ensino & Pesquisa. v. 17, n. 3, set./ dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/7916/pdf>. Acessado em 23 jul. 2020.
- RAGO, M. (1985). Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, M. (2002). A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp.
- SIMMEL, G. (1967). A metrópole e a vida mental. in: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar.
- SOJA, E. W. (1997). Geografias Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- VELHO, G. (1978). Observando o Familiar. In: NUNES, E.O. (org.). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores.